

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:BuxNv6Zrg5oJ:iframe.trt4.jus.br/nj4\_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF  
%3FpCodAndamento%3D27655616+inmeta%3ADATA\_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a  
%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml\_no\_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-  
8&lr=lang\_pt&access=p&oe=UTF-8

**0461300-18.2007.5.04.0000 (MS)**

**Redator:**

MARIA CRISTINA SCHAAAN FERREIRA

**Data:**

28/03/2008 **Origem:**

Tribunal Regional do Trabalho

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESTITUIÇÃO DE DIRETOR DO SINDICATO POR FRAUDE NA COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM A CATEGORIA PROFISSIONAL. INELEGIBILIDADE.** Não há qualquer ilegalidade ou abusividade que devam ser escoimadas pela ação mandamental no ato que determina o afastamento do impetrante do cargo de Diretor do Sindicato se a autoridade dita coatora conclui, à luz das provas levadas ao seu conhecimento, que o contrato de trabalho registrado na CTPS daquele para comprovar o vínculo com a categoria, exigido pelo Estatuto da Entidade Sindical, não existiu e foi obtido à custa de fraude junto à empresa já desativada e à revelia de seu proprietário.

**VISTOS** e relatados estes autos de **MANDADO DE SEGURANÇA**, em que é impetrante **JOSÉ EVARISTO DA ROSA VARGAS**, impetrado **ATO DA JUÍZA-TITULAR DA 23ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE** e litisconsorte **Ministério público do trabalho**.

JOSÉ EVARISTO DA ROSA VARGAS impetra mandado de segurança contra ato que, nos autos da **ação civil pública** (processo n.01367-2007-023-04-00-7), deferindo a

liminar postulada, destituiu o impetrante do cargo que exercia junto à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção **Civil** de Porto Alegre. Argumenta o impetrante, em síntese, que a decisão de 1º grau feriu de morte o artigo 5, LV, da Constituição Federal, pois não respeitou o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal. Afirma que não existem elementos que permitam concluir ter havido fraude nos registros do impetrante junto à empresa Construtora L. Sasso Ltda. Alega que há incidência da prescrição no direito discutido no presente processo. Assevera que a **ação civil pública** não possui cabimento na espécie dos autos e que a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar o caso. Aduz que há ferimento expresso ao artigo 8º da Constituição Federal, que veda a intervenção estatal nos sindicatos. Sustenta não ter havido a adequada interpretação do disposto no artigo 47 do Estatuto Social do Sindicato. Diz que a aplicação do Código **Civil** ao caso dos autos desautoriza a forma de afastamento dos dirigentes. Afirma que não há no ordenamento jurídico dispositivo legal que autorize a destituição de administradores na forma deferida. Alega que não houve, em nenhum momento, referência a má-gestão dos recursos do Sindicato e que, ao contrário, a atual Diretoria trabalha de forma adequada representando os anseios da categoria. Pretende ver deferida medida liminar, *inaudita altera pars*, para suspender o ato atacado, cassando a liminar deferida em “*primeira instância*” (sic.) autorizando-se o retorno do impetrante ao cargo de Diretor do Sindicato; para garantir o direito do impetrante de concorrer, se houver eleição no Sindicato e para cancelar a Assembléia Geral fixada para eleição. Busca, ao final, a concessão em definitivo da segurança, para invalidar o ato atacado. Atribui à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). Junta documentos.

O pedido liminar foi indeferido na decisão das fls. 319-21, da lavra da Exma. Juíza Beatriz Renck, em regime de plantão.

O litisconsorte manifesta-se às fls. 329-49.

A autoridade presta esclarecimentos às fls. 350-1.

Em petição às fls. 359-61 o impetrante afirma ser *ultra petita* a decisão que impede o impetrante de se candidatar às próximas eleições. Pede que seja reformada a decisão

no tópico, limitando sua inelegibilidade à ausência de condições estatutárias para concorrer.

A pretensão foi indeferida (fls. 262).

É o relatório.

**ISTO POSTO:**

**MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESTITUIÇÃO DE DIRETOR DO SINDICATO POR FRAUDE NA COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM A CATEGORIA PROFISSIONAL. INELEGIBILIDADE.**

Dão conta os autos que na **ação civil pública** n. 01367-2007-023-04-00-7 movida pelo Ministério Público do Trabalho contra o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção **Civil**, de Mármore e Granitos, de Olaria, de Cimento, Cal e Gesso, de Ladrilhos Hidráulicos, e de Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção de Porto Alegre - STICC e seus diretores, entre os quais o ora impetrante - José Evaristo da Rosa Vargas, a autoridade aqui reputada coatora deferiu a liminar requerida, destituindo estes de seus cargos e os declarando inelegíveis para as próximas eleições (cópia às fls. 310-315).

Os fundamentos, no que pertine ao impetrante, que levaram a autoridade a tal decisão são aqui sintetizados: o interesse público da categoria e a existência de valores repassados à entidade sindical, por força da contribuição do artigo 545 da CLT, tornam cabível a **ação civil pública**; o impetrante não se enquadra no conceito de integrante da categoria profissional representada pelo sindicato, pois desenvolve atividade incompatível com o vínculo de emprego (Secretário do Trabalho e Vereador) e o registro existente em sua CTPS foi obtido indevidamente junto ao contador da Construtora L. Sasso Ltda., à revelia de seu proprietário, com a nítida intenção de comprovar a necessária vinculação com a categoria profissional.

Não há no ato inquinado coator, qualquer ilegalidade ou abusividade que deva ser escoimada pela **ação** mandamental.

Ao contrário do que sustenta o impetrante é desta Justiça Especializada e de nenhuma outra a competência para dirimir a questão sobre a qual versa a demanda subjacente. A controvérsia ali estabelecida insere-se no disposto no inciso III do artigo 114 da Constituição Federal, que estabelece a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar “as ações sobre representação sindical”, no qual se insere, ainda que reflexamente, a destituição de diretores da entidade sindical e sua inelegibilidade.

Melhor sorte não assiste ao impetrante quando sustenta o não-cabimento da **ação civil pública**. Esta, como se infere do inciso V do artigo 1º da Lei 7.347/85, se destina, também, à proteção dos interesses coletivos. E outra não é a natureza dos direitos que o litisconsorte visa salvaguardar na **ação civil** subjacente. Segundo a definição do artigo 81, II, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) são interesses ou direitos coletivos os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Extreme de dúvidas que a natureza da relação havida entre os integrantes da categoria com seu sindicato ou, mais especificamente no caso dos autos, com aqueles que estão, circunstancialmente, na direção da entidade sindical, enquadra-se na concepção legal do que sejam interesses ou direitos coletivos. A relação jurídica base de que trata o mencionado dispositivo legal exsurge do que dispõe o artigo 511, § 2º, da CLT, *verbis*: “A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional”.

Cabível, pois, a **ação civil pública** e o só fato de ter sido praticado o ato nos autos da referida **ação** não traduz qualquer ilegalidade a ser escoimada pela **ação** mandamental.

No que respeita à prescrição, tal como mencionado na decisão que apreciou o pedido liminar (fls. 319-321) é matéria a ser tratada nos autos da demanda subjacente, sendo inviável sua apreciação por meio da **ação** mandamental. Ainda que assim não fosse, o dissenso jurisprudencial e doutrinário acerca da possibilidade de prescreverem os

direitos metaindividuais é circunstância apta por si só a afastar suposto direito líquido e certo do impetrante em vê-la pronunciada por meio da **ação** mandamental.

Também não socorre ao impetrante a afirmação de que o ato atacado não respeitou o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal. A possibilidade de concessão de liminar, com ou sem justificação prévia, está expressamente prevista no artigo 12 da Lei 7.347/85. Não há, portanto, ilegalidade ou abuso de poder se a autoridade reputada coatora, à luz dos elementos que lhe são levados ao conhecimento, defere a pretensão.

E, ao contrário do que sustenta o impetrante havia nos fatos e provas levados ao conhecimento da autoridade dita coatora, elementos suficientes a justificar a liminar deferida.

O Estatuto da Entidade Sindical estabelece em seu artigo 47, alínea “a”, que:

“Art. 47º Somente poderão candidatar-se a qualquer cargo eletivo as pessoas que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

a) Contenham, antes da realização do pleito eleitoral mais de 01 (um) ano ininterruptos de atividade no exercício da profissão dentro da base territorial do Sindicato, mais de 06 (seis) meses ininterruptos de inscrição no quadro social do Sindicato e ser residente no território nacional.”

A eleição que conduziu o impetrante ao cargo de Diretor de **Ação** Social do sindicato ocorreu em 20 de julho de 2004, sua posse em 28 de fevereiro de 2005, para um mandato de cinco anos, que findaria, portanto, em fevereiro de 2010 (documento da fl. 78).

Ocorre, contudo, que o necessário vínculo de um ano com a categoria, pretendeu o impetrante comprovar com o contrato de trabalho registrado à fl. 12 de sua CTPS (cópia à fl. 76 dos autos), que traz como empregadora a Construtora L. Sasso Ltda., desde 03 de setembro de 1998, com data de saída em aberto. Entretanto, os autos dão conta que o referido contrato de trabalho foi adrede forjado, em conluio com Nelson Miguel da Silveira, contador da empresa, à revelia de seu proprietário, quando estava já desativada (fl. 241) e apenas não contava com a baixa nos órgãos competentes pela ausência de recursos financeiros para fazer frente às despesas para tanto. O empresário Luis Sasso, orientado por seu contador, aguardava apenas o decurso do

prazo de cinco anos a partir do qual os registros caducariam e não mais seria necessário suportar qualquer custo para extinguir a empresa. Nesse sentido é o que se depreende do depoimento prestado pelo próprio contador nos autos do processo que lhe move Luis Sasso e que tramita na 3ª Vara Cível da Comarca de Guaíba (fls. 263-5), no qual admite que a empresa estava desativada desde 1997 (o contrato na CTPS do impetrante, relembre-se, foi registrado como tendo início em 1998) e que é sua a assinatura do contrato de trabalho que consta na CTPS do impetrante e, ainda, que o registro ocorreu para comprovar o vínculo deste com a categoria. No mesmo sentido, o depoimento prestado pelo referido contador à Delegacia de Polícia de Guaíba.

A apregoada impossibilidade de intervenção do Estado na Organização Sindical não socorre ao impetrante, pois a auto-organização das entidades sindicais não é absoluta e não se presta, por óbvio, a acobertar condutas que possam fugir ao padrão de legalidade. A entidade sindical não é um feudo. Pretender que apenas a Assembléia Geral tenha poderes de destituir os administradores é entender que há uma casta de privilegiados imunes ao alcance do Judiciário, dispensados da observância aos princípios da legalidade e legitimidade, a despeito das irregularidades que possam circunstancialmente cometer quando investidos em cargos de direção onde, por vezes, perpetuam-se pelo domínio que detém do aparato sindical.

Irrelevante, registra-se, a eventual ausência de menção à má-gestão dos recursos financeiros do Sindicato. Tal questão não tem qualquer pertinência com a matéria de que trata a **ação civil pública** e com os fatos que ali são imputados ao impetrante, de gravidade suficiente, por si só, a justificar a liminar deferida pela autoridade dita coatora. Acresça-se, apenas, que a julgar pela alegação do impetrante pouco importaria a forma de ascensão aos cargos de direção de uma entidade sindical, e, ainda que obtida por meios escusos, nada haveria a ser reprimido se bem geridos os recursos financeiros.

Por sua vez, a determinação judicial de chamamento de Assembléia Geral para realização de eleição é mero desdobramento da decisão que afasta do cargo seus diretores, não se podendo, de resto, exigir que a autoridade dita coatora aguarde esvair-se por completo o mandato cujo sufrágio entendeu obtido à custa de

irregularidade ou que deixe acéfalo, ou que mantenha sendo dirigida a título precário a entidade sindical.

Por derradeiro, tampouco se verifica qualquer ilegalidade ou abuso de poder na decisão que vedou ao impetrante a possibilidade de se candidatar às novas eleições determinadas. O Estatuto Social da Entidade Sindical exige em seu artigo 47, aliena “a”, acima transcrito, que o candidato conte com mais de 01 (um) ano ininterrupto de atividade no exercício da profissão. Ora, considerando a condição do impetrante de vereador no Município de Guaíba, desde longa data, e de empregado diretamente, na condição de requisitado, do Sindicato da Construção **Civil** (fl. 216) não é ilegal ou abusiva a conclusão de que são atividades incompatíveis de serem exercidas em concomitância com o exercício da profissão exigida pela norma estatutária.

Denega-se, pois, a segurança.

Ante o exposto,

**ACORDAM** os Juízes da 1ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: **por unanimidade de votos, denegar a segurança. Custas de R\$ 20,00 (vinte reais) calculadas sobre o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) atribuído à causa, pelo impetrante.**

Intimem-se.

Porto Alegre, 28 de março de 2008 (sexta-feira).

**Maria Cristina Schaan Ferreira - Juíza Relatora**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**